

Inclusão Social: Revisão Integrativa de Estudos de um Grupo de Pesquisa Brasileiro

Sônia Barros¹, Anaísa Cristina Pinto², Laís Mariana da Fonseca³, Lara Simone Messias Floriano⁴,
Jussara Carvalho dos Santos⁵

- ¹ Doutora Livre-Docente do Departamento de Enfermagem Materno Infantil e Psiquiátrica da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo. Brasil. sobarros@usp.br
- ² Mestre. Doutoranda do Departamento de Enfermagem Materno Infantil e Psiquiátrica da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo. Brasil. anaisacristina@usp.br
- ³ Mestre. Doutoranda do Departamento de Enfermagem Materno Infantil e Psiquiátrica da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo. Brasil. lais.fonseca@usp.br
- ⁴ Mestre. Doutoranda do Departamento de Enfermagem Materno Infantil e Psiquiátrica da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo. Brasil. larasmessias@gmail.com
- ⁵ Mestre. Doutoranda do Departamento de Enfermagem Materno Infantil e Psiquiátrica da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo. Brasil. jusantos@usp.br

Resumo. A pressuposição de que as pessoas com transtornos mentais devam usufruir dos seus direitos de cidadão e, assim, serem incluídas socialmente levou ao objetivo da pesquisa que é compreender o processo de inclusão/exclusão social na perspectiva de usuários dos serviços de saúde mental, de seus familiares e dos profissionais desses serviços. Para isso fez-se uma revisão integrativa da literatura produzida por um Grupo de Pesquisa de uma Universidade de São Paulo-SP. Os resultados e discussões contornaram as seguintes categorias: O processo de inclusão/exclusão social para os usuários dos serviços de saúde mental; O processo de inclusão/exclusão social para familiares dos usuários dos serviços de saúde mental; O processo de inclusão/exclusão social para os profissionais dos serviços de saúde mental. Conclusão: A revisão integrativa mostrou-se um método eficaz na execução deste estudo por possibilitar acesso rápido aos resultados relevantes das pesquisas selecionadas, proporcionando um saber crítico.

Palavras-chave: Saúde mental, Revisão; Mudança social.

Social Inclusion: Integrative Review on studies of a Brazilian Research Group

Abstract. The assumption that people with mental disorders should enjoy their rights as citizens and thus be included socially has led to the goal of research that is to understand the process of social inclusion / exclusion from the perspective of users of mental health services, their Family members and professionals of these services. For this, we have done an integrative review of the literature produced by a Research Group from a University of São Paulo-SP. The results and discussions circumvented the following categories: The process of social inclusion / exclusion for users of mental health services; the process of social inclusion / exclusion for family members of mental health services users; the process of social inclusion / exclusion for professionals in mental health services. Conclusion: The integrative review was an effective method in the execution of this study because it allows quick access to the relevant results of the selected researches, providing critical knowledge.

Keywords: Mental Health; Review; Social change.

1 Introdução

Há décadas, as pessoas com transtorno mental sofrem com a exclusão social gerada pela assistência psiquiátrica baseada no modelo hospitalar. Entende-se por sujeitos excluídos socialmente todos aqueles que estão “fora dos circuitos vivos das trocas sociais” (Castel, 1997, p. 20), não se restringindo apenas à saída do mercado de trabalho, mas também a ruptura nos laços sociais e familiares. O termo exclusão social é uma construção social e não algo pertencente a um indivíduo ou a um grupo, ou seja, é uma produção histórica dos mecanismos sociais (Zione, 2006).

A atual Reforma Psiquiátrica Brasileira vem contrapor o modelo hegemônico de assistência, centrado no hospital psiquiátrico e na exclusão social dessas pessoas (Vianna, Barros, Costa, 2004). Ao viver na comunidade, os usuários dos serviços de saúde mental enfrentam o desafio de terem a sua

inclusão social garantida, o que implica no exercício da cidadania, na participação no mercado de trabalho e no contexto social. Assim, a atenção às pessoas com transtornos mentais pressupõe que elas possam usufruir seus direitos básicos, como liberdade, moradia e trabalho (Leão & Barros, 2011).

O processo de exclusão/inclusão social é multidimensional e acontece em esferas da vida, como: trabalho; lazer; rede social; família; acesso aos serviços e renda e; outros. Este processo se desenvolve a partir da forma como se estabelecem as relações pessoais, das atividades realizadas pelo indivíduo e da relação entre o particular e o coletivo (Salles & Barros, 2013).

É essencial um modelo assistencial que cuide dos direitos fundamentais do usuário e da família, e que permita a convivência dos métodos terapêuticos com a cidadania e a liberdade, bem como, livre de estigma – o qual, segundo Santos, Barros, & Santos (2016), prejudica a inclusão social das pessoas com transtornos mentais na família e sociedade.

O conceito de inclusão social se relaciona tanto aos direitos sociais, quanto aos objetivos da prática terapêutica em que os profissionais podem construir a inclusão social na prática clínica, abrangendo na atenção à saúde as aspirações dos usuários para trabalho, educação, relacionamentos ou outras escolhas (Sayce, 2001). Os cuidados de saúde para essa população deve ser intersetorial. Trata-se de reconhecer o direito do diferente, com oportunidades de acesso igualitárias.

Assim, nesse estudo a pergunta de pesquisa foi: como ocorre o processo de inclusão/exclusão social, na perspectiva de usuários dos serviços de saúde mental, de seus familiares e dos profissionais desses serviços? Para responder a esse questionamento objetivou-se compreender o processo de inclusão/exclusão social na perspectiva de usuários dos serviços de saúde mental, de seus familiares e dos profissionais desses serviços, relatados nos estudos analisados.

2 Método

Esse estudo trata-se de um recorte de uma pesquisa maior que buscou compreender as ações de inclusão social nos serviços territoriais no município de São Paulo. A busca por estudos que respondessem a esse objetivo foi feita por uma Revisão Integrativa (RI) de literatura, das produções do Grupo de Pesquisa Enfermagem e Políticas de Saúde Mental (GEnPSM) da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, Brasil, que tinham a inclusão/exclusão social como objeto de estudo ou discutiam o tema em seus resultados.

A revisão de literatura é o processo pelo qual se busca, analisa e descreve um corpo do conhecimento procurando a resposta para uma pergunta específica. O termo *literatura* carrega consigo o sentido de cobrir todo o material relevante escrito sobre um tema, que pode ser localizado em livros, artigos, registros históricos, relatórios, teses e dissertações, monografias e outros (Pompeo, Rossi, & Galvão, 2009). Esse tipo de revisão possibilita a compilação de pesquisas empíricas e teóricas, com diferentes métodos, sumariza achados de diferentes estudos sobre uma mesma temática e amplia as possibilidades de análise da literatura selecionada de modo aprofundado. Ainda que incluir estudos com diferentes delineamentos de pesquisas possa dificultar a análise dos dados, a variedade de estudos, no processo de amostragem, aumenta a profundidade e abrangência das conclusões de uma RI (Grant & Booth, 2009).

A revisão integrativa de literatura tanto pode se dedicar à síntese de assuntos maduros, já debatidos, com ampla literatura, ou assuntos novos/emergentes. No primeiro caso, o resultado de uma RI possibilitam novos entendimentos sobre a temática e, no segundo, a RI possibilita a percepção ampliada do assunto emergente (Torraco, 2005).

Este estudo se adequa tanto à ideia de que o tema inclusão/exclusão social já é debatido, quanto à de que é um tema emergente. Ainda que, há décadas, a luta é para que haja a inclusão de pessoas em posições vulneráveis e em desvantagem social, avanços muito discretos foram alcançados. O momento político-social atual coloca a temática em uma posição de destaque, novamente, apesar de a luta ser antiga.

Existe a descrição de três tipos de RI: as metodológicas, que são as revisões críticas e análises de desenhos e metodologias de diversos estudos; as teóricas, que se tratam de revisões críticas de teorias sobre um tema; e as empíricas, que são as revisões críticas de estudos empíricos quantitativos e/ou qualitativos sobre um tema e com análise de resultados e relação entre variáveis (Whittemore, 2005). O caminho percorrido pelo presente estudo é adequado ao terceiro tipo de RI, já que se voltou para os resultados dos estudos selecionados, que constituíram fonte de conhecimento sobre o problema avaliado (Pompeo, Rossi, & Galvão, 2009).

A abordagem utilizada nessa pesquisa foi a qualitativa. Esse tipo de olhar sobre os dados do estudo é capaz de incorporar o significado e a intencionalidade como inerentes aos atos, às relações e às estruturas sociais (Bardin, 1977). A abordagem qualitativa pode ser utilizada no estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões humanas (Turato *et al*, 2008).

Este artigo é um recorte de uma pesquisa maior, já citada anteriormente. Ele é resultado de um dos objetivos específicos desse estudo, que buscava compreender o processo de inclusão/exclusão social na perspectiva de usuários dos serviços de saúde mental, de seus familiares e dos profissionais desses serviços, relatados nos estudos analisados. A RI se mostrou um método eficaz para o alcance dessa questão, já que expôs os dados relevantes de um determinado assunto, em diferentes perspectivas, lugares e momentos (Pompeo, Rossi, & Galvão, 2009).

2.1 Procedimentos de coleta de dados

O critério de inclusão para esse estudo foi o de selecionar os trabalhos produzidos pelos GEnPSM que abordassem o tema inclusão/exclusão social na perspectiva de usuários, familiares e profissionais dos serviços de saúde, ou como objeto de estudo ou nos seus resultados.

Para se chegar nesses estudos, três especialistas em saúde mental, membros do GEnPSM, em agosto de 2016, fizeram uma revisão no currículo lattes da coordenadora do grupo, portanto autora ou coautora dos estudos selecionados, na busca de produções que abordassem a questão da inclusão/exclusão social. Para se manter um critério de qualidade em uma RI, é desejável que os revisores sejam especialistas na área, capazes de sintetizar criticamente teoria e empiria, para discriminar a potência de cada contribuição ao cuidado em saúde (Soares *et al*, 2014).

Nessa etapa, foram lidos todos os títulos e resumos dos estudos incluídos no perfil da plataforma lattes, da coordenadora do grupo de pesquisa, na busca dos textos que traziam a questão da inclusão/ exclusão social, ou como objeto de pesquisa, ou nos resultados das pesquisas. Nessa fase foram selecionados 128 estudos, dentre eles: livros, capítulos de livros, teses, dissertações, monografias, artigos científicos, projetos de pesquisa, relatórios de pesquisa, resumos completos, resumos expandidos e jornais. A segunda etapa desse estudo ocorreu em setembro de 2016 e foi quando foram buscados os 128 textos na íntegra. O critério de inclusão dos estudos, nessa fase, foi selecionar os textos que abordassem a questão da inclusão/exclusão social na perspectiva do usuário do serviço de saúde mental, de seus familiares e/ou dos profissionais. O critério de exclusão foi retirar os trabalhos publicados em anais de eventos, que se tratavam de recortes de estudos já selecionados. Em alguns casos, os estudos abordavam a questão da inclusão/exclusão social em mais de uma perspectiva. Esses estudos foram submetidos à análise de conteúdo, (Minayo, 2010). Assim, depois de os estudos serem selecionados e agrupados, eles foram submetidos à leitura flutuante, que se caracteriza pela aproximação do texto para fazer emergir impressões e orientações. Posteriormente, foram feitas novas e sucessivas leituras com o objetivo de aprofundamento do material (Minayo, 2010) e, assim originaram-se três categorias de análise e discussão dos resultados, que compõem a próxima sessão desse estudo. São elas: O processo de inclusão/exclusão social para os usuários dos serviços de saúde mental; O processo de inclusão/exclusão social para os familiares dos usuários dos serviços de saúde mental; O processo de inclusão/exclusão social para os profissionais que atuam nesses serviços de saúde mental.

3 Resultados e Discussões

A amostra selecionada para compor essa revisão integrativa de literatura é de 50 estudos. Desses 18 abordavam o processo de inclusão/exclusão social na perspectiva dos usuários dos serviços de saúde, 24 discutiam esse processo na perspectiva dos familiares desses usuários e 23 na visão dos profissionais dos serviços de saúde mental, lembrando que 15 estudos discutiram esses resultados em mais de uma perspectiva.

Esse agrupamento de sujeitos de pesquisa originou três categorias de análise e discussão dos resultados. São elas:

3.1 O processo de inclusão/exclusão social para os usuários dos serviços de saúde mental

Os aspectos mais relatados como experiências de exclusão social pelos usuários foram a discriminação e o preconceito - vivências que produzem a exclusão social e que estão de acordo com as concepções da sociedade sobre o transtorno mental, caracterizando os *loucos* como pessoas incapazes e perigosas (Santos, Barros, & Santos, 2016). O estigma do transtorno mental é uma barreira para a inclusão social (Santos, Barros, & Santos, 2016; Thornicroft, 2008).

Para lidar com o estigma, os usuários dos serviços de saúde mental, muitas vezes, mantêm segredo sobre sua doença ou se afastam dos amigos, conhecidos e familiares. Estes, por outras vezes os excluem do seu ambiente social (Santos, Barros, & Santos, 2016 e Salles & Barros, 2013). Alguns comentários, nesse sentido, expressaram o desejo por um círculo de amizades, por parte dos usuários dos serviços de saúde mental, relacionando isso à melhora da qualidade de vida (Salles & Barros, 2014; Salles, Barros, & Matsukura, 2016).

Foram relatadas diversas dificuldades na realização de projetos de vida dos usuários. O primeiro obstáculo é a crença de que eles não são capazes de concluí-los (Salles, & Barros, 2014), não apenas pela sociedade, mas também pelo usuário. Nota-se que a inclusão social passa pela questão da aceitação do indivíduo em relação ao seu transtorno mental (Leão & Barros, 2011).

Em relação ao futuro, as expectativas dos usuários são promissoras; a principal perspectiva é de poder viver melhor, que inclui constituir família, expandir e intensificar os relacionamentos, trabalhar e não necessitar de internações como forma de tratamento. Eles desejam coisas aceitas para o senso comum, como: amor, trabalho, diversão, saúde e dinheiro. Além disso, eles também relataram o desejo de estudar além da educação básica (Salles, & Barros, 2009).

Outro aspecto importante, para os usuários, para a sua inclusão social, é a participação na sociedade, como cidadão. Cidadania é um conceito chave para a noção de inclusão social. Para alcançá-la, é preciso que o sistema legal garanta direitos e oportunidades para as pessoas com transtornos mentais. Isso requer uma visão que vá além do paradigma médico (Salles, & Barros, 2014).

3.2 O processo de inclusão/exclusão social para os familiares dos usuários dos serviços de saúde mental

Relatos de exclusão pela família, e ela como principal, ou única, referência para as pessoas com transtorno mental e seu primeiro núcleo de inserção sócia, foram encontrados (Salles & Barros, 2011; Vianna, Barros, & Martins, 2004). Algumas mães relataram que são excluídas junto com os filhos. Ao mesmo tempo em que emprestam poder contratual para o usuário, têm a sua rede social diminuída, já que muitas também são segregadas (Salles & Barros, 2011).

Também foi relatado que cuidar da pessoa com transtorno mental impede ou dificulta o trabalho do familiar, o que é uma realidade penosa para os familiares, já que eles se sentem sobrecarregados, assumindo sozinhos as responsabilidades da casa (Salles & Barros, 2011).

Alguns relatos apontam para a estafa do familiar. Nesse sentido, a internação se apresenta como um alívio, por eles não sentirem o peso da responsabilidade do cuidar da pessoa com transtorno mental, durante o tempo de internação. E, nessas ocasiões, os familiares relatam ter mais tempo para si. Esse pensamento fortalece a ideia de que o *louco* deve permanecer no hospital psiquiátrico (Salles & Barros, 2011; Vianna, Barros, & Martins, 2004).

Em outro momento, alguns familiares relataram não receber apoio ou ajuda e não tem com quem contar no cuidado com os usuários (Salles & Barros, 2011; Vianna, Barros, & Martins, 2004).

3.3 O processo de inclusão/exclusão social para os profissionais que atuam nesses serviços de saúde mental

Alguns profissionais compreendem inclusão social como um processo que abrange desde o direito à cidadania, até o estar na sociedade, sendo aceito e estando junto com as demais pessoas, sem ser diferenciado. Reconhecem que o estigma está presente na sociedade, entre os usuários e entre os profissionais dos serviços de saúde mental (Leão & Barros, 2008).

Os discursos desvelaram experiências do que, para alguns trabalhadores, seria inclusão social. Eles versam sobre a inserção no trabalho, em particular no mercado formal, como um dos indicadores de inclusão social. No entanto, proporcionar ações nesse sentido não faz ainda parte das práticas dos profissionais. O tema do trabalho ainda é pouco discutido pela equipe (Leão & Barros, 2008; Leão & Barros, 2011). Outros discursos apontaram para a ampliação e para o desenvolvimento de uma rede de serviços de saúde mental, como prática de inclusão social. Os profissionais apresentaram ações de inclusão social voltadas ao território no âmbito do acesso ao transporte, lazer, cultura, trabalho e educação (Leão & Barros, 2012).

Em relação aos limites para as práticas de inclusão social, os profissionais citaram os recursos financeiros, as políticas sociais (burocracia para receber o auxílio-doença), desvalorização da pessoa com transtorno mental em relação ao exercício e seu direito político, crítica à política partidária, quando executam ações em benefício dos usuários mediante favores políticos, não adesão da família e a dificuldade de inserção produtiva (Vianna, Barros, & Martins, 2004).

Os profissionais avaliam que o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) é uma estratégia para impulsionar a inclusão social, ao: enfrentar a cultura estigmatizante; construir uma rede social; estimular a autonomia; evitar as internações, possibilitando outras formas de tratamento; auxiliar os usuários a usufruir de direitos básicos, como liberdade, moradia e trabalho formal (Santos, Barros, & Santos, 2016). Isso estimula a sua autonomia e a cidadania, ampliando, a eficácia e a corresponsabilização das ações de saúde e favorecendo a sua participação durante o cuidado. Ainda assim, esses serviços precisam de investimentos, para não serem reprodutores de ações assistencialistas (Leão & Barros, 2008).

4 Conclusões

Concluímos que a revisão integrativa se mostrou um método eficaz na execução deste estudo, por permitir a compreensão do processo de inclusão/exclusão social de maneira ampliada, na perspectiva de usuários dos serviços de saúde mental, de seus familiares e dos profissionais desses serviços. Além de ampliar as possibilidades de análise da literatura selecionada, proporcionou uma compreensão mais completa do tema, demonstrando que o processo de exclusão/inclusão social é uma construção social, assim como o estigma. Entende-se que análise de conteúdo possibilitou o aprofundamento dos dados. A utilização híbrida dos métodos viabilizou que resultados relevantes das pesquisas irrompessem proporcionando reflexões críticas.

5. Referências

Bardin, L (1977). Análise de conteúdo. Lisboa: *Edições 70 Ltda*.

Castel, R. As armadilhas da exclusão social. BOGUS, Lúcia. (Org.). Desigualdade e questão social. São Paulo: EDUC, 1997, p. 20.

Grant, M.J., Booth, A. (2009). A typology of reviews: an analysis of 14 review types and associated methodologies. *Health Info Libraries Journal* 26(2):91-108.

Leão, A., Barros, S. (2008). As representações sociais dos profissionais de saúde mental acerca do modelo de atenção e as possibilidades de inclusão social. *Saúde e Sociedade*, 17(1), 95-

106.

- Leão, A., Barros, S. (2011). Inclusão e exclusão social: as representações sociais dos profissionais de saúde mental. *Interface* (Botucatu. Impresso), v. 15, p. 137-152.
- Leão, A., Barros, S. (2012). Território e serviço comunitário de saúde mental: as concepções presentes nos discursos dos atores do processo da reforma psiquiátrica brasileira. *Saúde e Sociedade*, 21(3), 572-586.
- Minayo, M.C.S. (2010). O desafio do conhecimento. *Editores Hucitec* - 12ª ed. São Paulo.
- Pompeo, D.A., Rossi, L.A., Galvão, C.M. (2009). Revisão integrativa: etapa inicial do processo de validação de diagnóstico de enfermagem. *Acta Paulista de Enfermagem*, 22(4):434-8.
- Salles, M.M., & Barros, S. (2009). Vida cotidiana após adoecimento mental: desafio para atenção em saúde mental. *Acta Paulista de Enfermagem*, 22(1), 11-16.
- Salles, M.M., Barros, S. (2011). Relações do cotidiano: a pessoa com transtorno mental e sua rede de suporte social. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 21(2), 561-579.
- Salles, M. M., Barros, S (2013). Representações sociais de usuários de um Centro de Atenção psicossocial e pessoas de sua rede sobre doença mental e inclusão social. *Saúde e Sociedade*, v. 22, 1059-1071.
- Salles, M. M., Barros, S. (2014). Da cidadania à realização de projetos de vida: inclusão social de usuários de um Centro de Atenção Psicossocial na vida cotidiana. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 24(4), 1275-1292.
- Salles, M. M., Barros, S. Matsukura, T. S. (2016) The Brazilian Community Mental Health Care Services: Social Inclusion and Psychosocial Rehabilitation. *Journal of Psychosocial Rehabilitation and Mental Health*, v. 3, n. 2, p. 89-94.
- Santos J.C., Barros S., Santos I.M (2016) Stigma: The Perspective of Workers on Community Mental Health Services—Brazil. *Global Qualitative Nursing Research*. Sep 26, v.3, 1-9.
- Sayce, L (2001). Social inclusion and mental health. *Psychiatric Bulletin*, London, v. 25, n. 4, p. 121-123.
- Soares, C.B. et al (2014). Revisão integrativa: conceitos e métodos utilizados na enfermagem. *Revista da escola de enfermagem da USP*, São Paulo, v. 48, n. 2, p. 335- 345.
- Thornicroft, G. et al (2008). Reducing stigma and discrimination: Candidate Interventions. *International Journal do Mental Health Systems*, 2:3.
- Torraco, R.J. (2005). Writing integrative literature reviews: guidelines and examples. *Hum. Resour. Dev. Rev.* 4(3):356-67.
- Turato, E.R. et al. (2008). Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 24, n.1, p. 17-27, jan.
- Vianna, P.C.M., Barros, S., da Costa, Martins, A.S.S da (2004). O modelo assistencial em saúde mental: visão de familiares. *Revista Mineira de Enfermagem*, v.8, n.3, p.374- 381, jul/set.
- Whittemore, R., Knafl, K (2005). The integrative review: updated methodology. *Journal of Advanced Nursing*; 52(5), p. 546-53.
- Zione, F. (2006) Social exclusion: notion or concept? *Saúde e Sociedade*, v.15, n.3, p.15-29, set/dez.